

## ESP-CASA CIVIL

## Termo de Referência 4/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2026	990001-ESP-CASA CIVIL	DIVINO CARVALHO DA SILVA	26/05/2026 11:01 (v 0.11)
Status			
CONCLUIDO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		001.00014392/2025-22

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 1.1.1 Aquisição de material de escritório e papelaria, nos termos da tabela abaixo, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência, , de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento. Para atender as atividades do Centro de Monitoria do Acervo dos Palácios nas atividades artísticas propostas nas oficinas que são oferecidas aos diversos públicos, dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, na forja de itens que compõem este instrumento.conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	BEC	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Conjuntos de Canetinha Triangular Jumbo 24 Cores Faber-Castell	339030441	485370	caixa com 24	50	96,66	4.833,00
2	Conjunto de Giz de Cera 12 Cores Acrilex - 09111	33903041	432381	caixa com 12	50	9,20	460,00
3	Cola em bastão 40g Pritt 1905654 Henkel CX 5 UN	33903041	435043	caixa com 5	50	60,21	3.010,50
4	Cola branca 35g lavável Tenaz Henkel UN	33903041	685594	unidade	50	5,30	265,00
5	Giz Pastel Oleoso com 50 Cores, PHN-50 - Pentel	33903041	398406	caixa	10	51,08	510,80
6	Tela Chassis Simples para Pintura de Algodão Tratado Telarte - 18cm X 24cm	33903041	434904	unidade	300	9,02	2.706,00
7	Papel Dobradura Origami60 Folhas 50 Cores 15x15cm	33903041	608605	conjunto	50	31,54	1.577,00
8	Cola Glitter 12 Cores 23g Acrilex – 02922 -	33903041	246673	caixa	50	43,63	2.181,50
9	Refil de Cola Quente Grossa1 LKg Transparente Tramontina - PT 1 UN	33903090	637842	pacote	20	53,76	1.075,20
	Caneta Apagável para						

10	Tecido 0,7mm Fantasma und - SP320	33903041	619499	unidade	60	12,93	775,80
11	Feltro Tecido Santa Fé Liso 1,40m - 50cm -metro	33903063	468998	metro	50	13,29	664,50
12	BASE ACRILICA para preparação de telas para pintura - 250 ml	33903090	627815	250ml	20	21,21	424,20
13	TNT Tecido Santa Fé Liso 1,40m 4053 40g/mZ 50m - 007213	33903063	469173	rolo	10	95,93	959,30
14	LAPIS GRAFITE 2B – cx c/12	33903041	288724	caixa com 12	20	27,10	542,00
15	Avental de Pvc Branco Maicol Pop 1,20 X 0,70 Com fivelas de Engate Espessura 0,23MM CA 37729	33903031 /36/95	240136	unidade	200	12,13	2.426,00
16	Avental /Coletel escolar, Azul, frente única, 54, Goodie - PT 1 UM- infantil	33903039	601994	unidade	200	11,35	2.270,00
17	Papel color set, Cores sortidas, 48 x 66cm, 050025, Ridet -	33903040 /41	628589	pacote c/ 20	10	22,30	223,00
18	Cartolina 140g, 50cm x 66cm, Cores mistas, card set, Spiral -pacote c/ 10 UM	33903041	624250	pacote /10	50	18,22	911,00
19	Cola para tecidos 90g, 9883, Radex	33903041	635078	unidade	50	6,30	315,00
20	Palito sorvete ponta redonda Talge pacotes 100 UN	33903013	432392	pacote c/ 100	30	5,86	175,80
21	Espeto churrasco de madeira 25cm Talge pacotes 50 UN	33903013	609858	pacote c/ 50	30	4,13	123,90
22	Tecido Tricoline Liso Pele de Boneca Pardo 100% algodão	30903063	633498	metro	30	20,06	601,80
23	Retalhos De Tecidos Tricoline Diversos 10 cortes 0,50cm x 1,50 mt Cada	30903063	224378	pacote c/10	50	135,60	6.780,00
24	Agulheiro - Agulhas de Vários Tamanhos p3736 unitário- 26 agulhas e 1 passador	30903063	607358	embalagem	20	3,30	66,00
25	Kit Linha 100% Poliéster Varias Cores com 10 Unidades Branco	30903063	610865	embalagem	20	19,73	394,60
26	Kit Linha 100% Poliéster Varias Cores com 10 Unidades	30903063	620638	embalagem	20	19,76	395,20
27	Linha Nylon 60 IM17000 - preto unitário	30903063	265569	unidade	10	18,52	185,20
28	Linha Nylon 60 IM17000 - branco unitário	30903063	448861	unidade	10	18,52	185,20
29	Imã adesivado A4 (manta magnética 210x297x0, 3mm) Off Paper pacote 5 UN	33903041	423449	pacote c/ 10	30	39,20	1.176,00

30	Fita Mágica Scotch Transparente 19mm x 65m, 3M	33903041	461754	unidade	20	89,10	1.782,00
31	EVA- Folha em EVA 600x400x2mm sortidos Spiral PT 10 UN pacote	33903093	370493	pacote c/ 10	30	38,02	1.140,60
32	Cordão Fio Náutico Polipropileno 3mm São José 3031/R 50m – 000027 branco-unidade	33903063	478180	rolo	20	19,09	381,80
33	Cola Universal True Colors 30ml – 186098 -unitário	33903041	439982	unidade	50	5,01	250,50
<b>TOTAL</b>							<b>R\$ 39.768,40</b>

1.1.1 Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2 Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, conforme rt. 84 da Lei 14.133/2021.

1.5 O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

1.6 O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO

2.1 A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência

2.2 O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.1 Na presente contratação será admitida a indicação das seguintes marcas, características ou modelos, de acordo com as justificativas contidas no Estudo Técnico Preliminar, conforme quadro abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	BEC	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MARCA
1	Conjuntos de Canetinha Triangular Jumbo 24 Cores Faber-Castell	339030441	caixa com 24	50	FABER CASTELL
2	Conjunto de Giz de Cera 12 Cores Acrilex - 09111	33903041	caixa com 12	50	ACRILEX
3	Cola em bastão 40g Pritt 1905654 Henkel CX 5 UN	33903041	caixa com 5	50	HENKEL
4	Cola branca 35g lavável Tenaz Henkel UN	33903041	unidade	50	HENKEL
5	Giz Pastel Oleoso com 50 Cores, PHN-50 - Pentel	33903041	caixa	10	PENTEL
6	Tela Chassis Simples para Pintura de Algodão Tratado Telarte - 18cm X 24cm	33903041	unidade	300	TELA ARTE
7	Papel Dobradura Origami60 Folhas 50 Cores 15x15cm	33903041	conjunto	4	TOYO
8	Cola Glitter 12 Cores 23g Acrilex – 02922 -	33903041	caixa	50	ACRILEX
9	Refil de Cola Quente Grossa 1 LKg Transparente Tramontina - PT 1 UN	33903090	pacote	20	TRAMONTINA
10	Caneta Apagável para Tecido 0,7mm Fantasma und - SP320	33903041	unidade	60	FANTASMINHA
11	Feltro Tecido Santa Fé Liso 1,40m - 50cm -metro	33903063	metro	50	SANTA FÉ
12	BASE ACRILICA para preparação de telas para pintura - 250 ml	33903090	250ml	20	ACRILEX
13	TNT Tecido Santa Fé Liso 1,40m 4053 40g/mZ 50m - 007213	33903063	rolo	10	SANTA FÉ
14	LAPIS GRAFITE 2B – cx c /12	33903041	caixa com 12	20	FABER CASTELL
15	Avental de Pvc Branco Maicol Pop 1,20 X 0,70 Com fivelas de Engate Espessura 0,23MM CA 37729	33903031 33903036	unidade	200	sem preferência desde que cumpra as expesifiações
16	Avental /Coletel escolar, Azul, frente única, 54, Goodie - PT 1 UM- infantil	33903039	unidade	200	sem preferência desde que cumpra as expesifiações
17	Papel color set, Cores sortidas, 48 x 66cm, 050025, Ridet -	33903041	pacote c/ 20	10	sem preferência desde que cumpra as expesifiações
	Cartolina 140g, 50cm x				

18	66cm, Cores mistas, card set, Spiral -pacote c/ 10 UM	33903041	pacote /10	50	sem preferência desde que cumpra as expesifiações
19	Cola para tecidos 90g, 9883, Radex	33903041	unidade	50	RADEX
20	Palito sorvete ponta redonda Talge pacotes 100 UN	33903013	pacote c/ 100	30	sem preferência desde que cumpra as expesifiações
21	Espeto churrasco de madeira 25cm Talge pacotes 50 UN	33903013	pacote c/ 50	30	sem preferência desde que cumpra as expesifiações
22	Tecido Tricoline Liso Pele de Boneca Pardo 100% algodão	30903063	metro	30	sem preferência desde que cumpra as expesifiações
23	Retalhos De Tecidos Tricoline Diversos 10 cortes 0,50cm x 1,50 mt Cada	30903063	pacote c/10	50	sem preferência desde que cumpra as expesifiações
24	Agulheiro - Agulhas de Vários Tamanhos p3736 unitário- 26 agulhas e 1 passador	30903063	embalagem	20	sem preferência desde que cumpra as expesifiações
25	Kit Linha 100% Poliéster Varias Cores com 10 Unidades Branco	30903063	embalagem	20	sem preferência desde que cumpra as expesifiações
26	Kit Linha 100% Poliéster Varias Cores com 10 Unidades	30903063	embalagem	20	sem preferência desde que cumpra as expesifiações
27	Linha Nylon 60 IM17000 - preto unitário	30903063	unidade	10	sem preferência desde que cumpra as expesifiações
28	Linha Nylon 60 IM17000 - branco unitário	30903063	unidade	10	sem preferência desde que cumpra as expesifiações
29	Imã adesivado A4 (manta magnética 210x297x0,3mm) Off Paper pacote 5 UN	33903041	pacote c/ 10	30	OFF PEPER
30	Fita Mágica Scotch Transparente 19mm x 65m, 3M	33903041	unidade	20	3M
31	EVA- Folha em EVA 600x400x2mm sortidos Spiral PT 10 UN pacote	33903093	pacote c/ 10	30	SPIRAL
32	Cordão Fio Náutico Polipropileno 3mm São José 3031/R 50m – 000027 branco-unidade	33903063	rolo	20	sem preferência desde que cumpra as expesifiações
33	Cola Universal True Colors 30ml – 186098 -unitário	33903041	unidade	50	TRUE COLORS

4.2 A consulta de preços foi feita mediante lançamento dos itens na internet em empresas de amplo conhecimento público serem fornecedores dos materiais demandados, nos quais teríamos as informações para composição do orçamento referencial, que nada impõe de obstáculo a outros fornecedores cadastrados participarem do efetivo certame. Por esta mesma razão não foram enviados, e não atendidos, pedidos de orçamento a outros fornecedores para serem juntados ao levantamento de orçamentos.

4.3 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.4 Em cumprimento ao inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, os itens constituem cotas reservadas para a contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (ME/EPP/EQUIPARADAS), observando o limite legal, conforme o detalhamento constante deste Termo de Referência. **nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar federal nº 123/2006 – o edital e o TR deverão prever a participação restrita a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas.** Sendo justificado o atendimento Com a equivalente referência no despacho autorizador a ser incluído no processo licitatório.

4.5 Previsão de modo de disputa aberto e fechado, a ser indicado no Edital do Departamento Administrativo, com base na IN SEGES/ME nº 73/2022 (e o entendimento geral da 14.133/2021

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

5.1 O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias, contados da emissão da nota de empenho, em remessa única (quantidade efetivamente demandada por meio da emissão da nota de empenho).

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 1 (um) dia de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:- Avenida Morumbi nº 4.500, Bairro Morumbi, município de São Paulo/SP, Sala 78 andar térreo, ramal 8212/ 6816

5.4 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### 6.6. Fiscalização

6.6.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### 6.7 Fiscalização Técnica

6.7.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1.1 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.7.1.2 O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.7.1.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.7.1.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

### 6.8 Fiscalização Administrativa

6.8.1 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.1.2 Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 6.9 Gestor do Contrato

6.9.1.1 O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.9.1.2 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.9.1.3 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.9.1.4 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.9.1.5 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.9.1.6 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal /Fatura, no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.6 O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### 7.8 Liquidação

7.8.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, porquanto as contratações serão de valor inferior ao que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, para fins de liquidação, a contar de seu

recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis;

7.9.1 O prazo de validade

7.9.2 A data da emissão

7.9.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4 O período respectivo de execução do contrato;

7.9.5 O valor a pagar;

7.9.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.11 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12 A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13 Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

### **Prazo de pagamento**

7.17 O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

### **Forma de pagamento**

7.19 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20 Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.21 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22 O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.



7.23 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO - SRP, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### Forma de fornecimento

8.2 O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

### Exigências de habilitação

8.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### Habilitação jurídica

8.4 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - **EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.8 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.11 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.13 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.14 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços - IBS

8.18 Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### Qualificação Econômico-Financeira

8.20 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.21 Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

#### Outras comprovações

8.22 Tratando-se de consórcio:

8.23.1 O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.23.2 Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.23.3 A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.24 Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.24.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.24.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.24.3 Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.24.4 Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.24.5 Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.24.6 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.24.7 Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor estimado total a contratação é de R\$ 39.768,40 ( trinta e nove mil, setecentos e sessenta e oito e quarenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima, com valores estimativos para o exercício 2026. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023..

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2 No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I Gestão/Unidade: [...];

II Fonte de Recursos: [...];

III Programa de Trabalho: [...];

IV Elemento de Despesa: [...];

V Plano Interno: [...].

10.3 Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**SYBIL SOUZA PINTO**

Equipe de apoio

**DIVINO CARVALHO DA SILVA**

Equipe de apoio

**RAQUEL ELENA RUIZ**

Equipe de apoio